



Jefferson e Priscila - Badalados - Pág. 11

# A SEMANA

A CIDADE EM SUAS MÃOS

Mogi das Cruzes, de 27 de Junho a 3 de Julho de 2015

Fundado em 8/5/1998 Ano XVIII Edição 894

## ARTIGO

### Pelo fim de reformas meia-boca

A tão esperada reforma político-partidária virou comédia no Congresso. Pouco muda o cenário atual e em nada melhora a conexão entre representante e representado. Muito menos, moraliza as relações nada saudáveis entre Executivo e Legislativo. Tudo vem sendo feito sem qualquer discussão com a sociedade e sem a mínima avaliação do impacto que cada mudança poderia trazer. É como se os parlamentares atuassem dentro de uma redoma de aço inoxidável.

O destino da reforma político-partidária, que não vai acontecer, é exatamente o mesmo de outras imprescindíveis para corrigir o prumo da Nação. A primeira já está fadada ao naufrágio. Igual perspectiva existe para as demais. O erro original está na forma de executá-las. É impossível acreditar que os parlamentares, no exercício de suas funções, aprovelem algo que possa não lhes ser benéfico. O que se vê é cada um puxando a sardinha para sua brasa. Não sobra peixe nenhum para o brasileiro coletivo, aquele do interesse público, que se converterá nas melhores escolhas para a população brasileira. Como predomina um processo purulento de busca de vantagens pessoais por meio da influência de ordem política e partidária, os custos dos nossos três Poderes são altíssimos. Considerando a promiscuidade da interface entre governo e Parlamento, determinadas CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) têm efeito puramente midiático. E acabam, sim, em pizza. Sei bem disso porque estive no Congresso por quatro anos. As reformas político-partidária,

tributária, previdenciária e trabalhista, entre outras medidas essenciais para melhorar a qualidade de vida do povo brasileiro, só serão realidade com uma profunda reformulação constitucional, executada por brasileiros com elevado espírito público, despojados de ideologia partidária e fora de qualquer função pública.

O único jeito de evitar o festival de reformas meia-boca é a eleição, pelo povo, de constituintes, com dois anos de mandato, que teriam a incumbência de revisar a Constituição Federal. Seriam especialistas nas mais diversas áreas, integrantes de organizações sociais, enfim, brasileiros interessados em ajudar o País. O grupo não receberia salários - apenas ajuda de custo para deslocamentos, alimentação e estadia, por exemplo. Nem seria integrado por congressistas já eleitos.

Angustiante é conviver com remendos constitucionais e improvisações oportunistas, enquanto um pacto federativo superado impõe a municípios, Estados e à própria União limitações grotescas, constrangimentos e falta de recursos para dar aos brasileiros serviços dignos de saúde, educação, segurança, justiça e oportunidade igual para todos.



Junji Abe é líder rural, foi deputado federal pelo PSD-SP (fev/2011-jan/2015) e prefeito de Mogi das Cruzes (2001-2008)